



Senado pode concluir votação da PEC que cria polícias penais

Pauta do Plenário também inclui proposta que impede as pessoas com filiação partidária recente de se tornarem membros da Justiça Eleitoral

Roque de Sá/Agência Senado — 4/10/2017



Cássio e Eunício (sentados): Plenário deve votar 2º turno de PEC que transforma agentes penitenciários em policiais

O Plenário do Senado pode votar esta semana o segundo turno da PEC que cria as polícias penais federal, distrital, estaduais e municipais. Com a proposta, os agentes penitenciários passam a ter direitos inerentes à carreira policial. Se o texto for aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Também está na pauta do Plenário a proposta que impede pessoas com filiação partidária recente de se tornarem membros da Justiça Eleitoral. A intenção é garantir a imparcialidade dos julgamentos.

Outros projetos que podem ser votados são o

que transfere para a Justiça Militar o julgamento de crimes cometidos por militares em missões de garantia da lei e da ordem e o que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. O objetivo é financiar ações de aparelhamento, capacitação e integração das forças policiais dos estados.

Ainda nesta semana os senadores podem decidir pedido de urgência para o projeto que altera a representação por estado na Câmara dos Deputados a partir da próxima legislatura (2019–2023). A proposta leva em conta a atualização da população brasileira feita pelo IBGE em 2015. **3**

Planalto anuncia intenção de vetar brecha para censura na internet

O presidente Michel Temer anunciou intenção de vetar no projeto da reforma política o trecho que abria margem para censura. O dispositivo

obrigaria as redes sociais a apagar toda postagem ligada à eleição que fosse acusado de ser falso, sem necessidade de ordem judicial. **4**

Jefferson Rudy/Agência Senado — 5/9/2017



O senador Fernando Bezerra Coelho, que relatou o projeto da reforma política

Pedro Franco/Agência Senado — 16/6/2015



Vanessa Grazziotin, que presidiu a CPI do Senado sobre tráfico de pessoas, e Lídice da Mata, relatora da comissão

Lei contra tráfico de pessoas completa um ano

Em vigor há um ano, a lei que pune o tráfico de pessoas trouxe avanços na repressão a esse tipo de crime. O texto é originado de um projeto de lei do Senado proposto a partir dos resultados de uma CPI que investigou o

problema. A nova legislação aumenta a pena mínima para esses crimes e amplia as situações que podem ser caracterizadas como tráfico de seres humanos. Também cria políticas de proteção às vítimas. **2**

Rádio Senado ganha prêmio de reportagem

A série “Na Defesa — uma discussão sobre pós-graduação”, da Rádio Senado, ganhou o Prêmio Estácio de Jornalismo 2017. O jornalista Rodrigo Resende é o autor das reportagens. Eliseu Caires foi o responsável pelos trabalhos técnicos. **2**

Atraso no envio da meta fiscal preocupa Comissão de Orçamento

Integrantes da Comissão Mista de Orçamento manifestaram preocupação porque o governo ainda não enviou a nova meta fiscal, que prevê déficit de R\$ 159 bilhões. O

envio estava previsto para sexta-feira. Para eles, a votação do Orçamento está comprometida. O assunto deve ser debatido amanhã com o ministro do Planejamento. **3**

Lei do Colarinho Branco poderá punir fraude em fundo de pensão

Está pronto para votação final na Comissão de Constituição e Justiça um projeto que inclui fraudes em fundos de previdência entre as irregularidades que podem

ser punidas pela Lei do Colarinho Branco. O relator, Garibaldi Alves Filho, apoia o texto. Gestões fraudulentas e temerárias dos fundos causam perdas bilionárias, diz ele. **4**

Senado faz sessão especial no Plenário hoje para homenagear professores **2**

Comissão de Educação promove audiência pública para avaliar Pronatec **3**

Escola de governo do Senado forma turma de pós em orçamento público **4**

Lei que reprime tráfico de pessoas completa um ano

Originada de projeto do Senado, nova norma aumenta a pena mínima, amplia a tipificação desse tipo de crime a outros fins além da exploração sexual e institui uma política integral de proteção às vítimas

A NOVA LEI sobre o tráfico de pessoas completou um ano na sexta-feira. O texto, proveniente de um projeto de lei do Senado (PLS 479/2012), trouxe vários avanços na repressão a esse tipo de crime, como o aumento das penas e a ampliação das situações que caracterizam o tráfico de seres humanos.

— A lei foi um avanço importante na legislação brasileira e sua aprovação e respectiva transformação em norma jurídica representou a adaptação da lei brasileira ao Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Protocolo de Palermo), do qual o Brasil é signatário — explicou Lídice da Mata (PSB-BA).

A senadora foi a relatora da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Senado que investigou o tráfico nacional e internacional de pessoas. O projeto é resultado dos trabalhos da CPI, que foi presidida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A intenção era aumentar a repressão ao crime.

Mudanças

Antes da lei (Lei 13.344/2016), a pena ia de três a oito anos de reclusão. Houve aumento na pena mínima e hoje o tráfico de pessoas é punido com reclusão de quatro a oito anos. A pena pode ser aumentada de um terço até a metade se o crime for cometido contra criança, adolescente, pessoa idosa ou com deficiência e se a vítima for retirada do território nacional, entre outras situações.

A nova lei também mudou a tipificação do crime e ampliou as situações que podem caracterizar o tráfico de pessoas. Antes o tráfico era caracterizado apenas quando o fim era a exploração sexual. Agora também é tráfico recrutar pessoas para trabalho escravo, qualquer tipo de servidão, remoção de órgãos e adoção ilegal. Além disso, o texto trouxe outras medidas, como proteção e assistência às vítimas.

— O texto criou uma política integral de proteção à vítima, brasileira ou estrangeira, com assistência jurídica, social, de trabalho, emprego e saúde. Além disso, permitiu a concessão de visto de permanência à vítima estrangeira no território nacional, com possibilidade de extensão à família — explicou Lídice.

Agência Senado



Rodrigo Resende (D) recebe o prêmio de Ronaldo Mota, do Grupo Estácio

Rádio Senado conquista prêmio com série sobre pós-graduação

A Rádio Senado conquistou o Prêmio Estácio de Jornalismo 2017, na categoria Rádio Nacional. O trabalho premiado é a série “Na Defesa — uma discussão sobre pós-graduação”, do jornalista Rodrigo Resende e com trabalhos técnicos de Eliseu Caires.

Nos cinco capítulos da série, é possível acompanhar histórias de mestres, doutores e professores sobre as dificuldades que os alunos têm para concluir um mestrado

ou doutorado, cursos que no Brasil reúnem mais de 200 mil estudantes.

As reportagens mostram a opinião de senadores e de especialistas em relação aos efeitos da “pressão acadêmica” sobre a saúde mental dos estudantes.

Esta é a sétima edição do Prêmio Estácio de Jornalismo, concedido pelo Grupo Estácio, do Rio de Janeiro. O prêmio destaca reportagens com enfoque no ensino superior.

Sessão especial do Senado homenageia professores hoje

Os professores serão homenageados em sessão especial no Plenário do Senado hoje, às 11h. A sessão tem a intenção de valorizar os profissionais e lembrar o Dia do Professor, comemorado em 15 de outubro.

O pedido de realização da homenagem foi dos senadores Cristovam Buarque (PPS-DF), Reguffe (sem partido-DF), Hélio José (PMDB-DF), Elmano Férrer (PMDB-PI), Rose de Freitas (PMDB-ES) e Pedro Chaves (PSC-MS).

Eles afirmam que a educação é o pilar fundamental para “o desenvolvimento e a continuidade da história de uma nação”. Para Cristovam, “a cara da escola é a cara do professor”.

Foram convidados para a solenidade representantes do Ministério da Educação, sindicatos, institutos, universidades públicas e particulares e escolas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

SESSÃO ESPECIAL Dia do Professor

11h Sessão de homenagem ao Dia do Professor.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão destinada a discursos dos senadores e avisos da Mesa.

CE Pronatec

14h30 Audiência interativa para instruir elaboração de relatório de avaliação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

CE Sabatina e audiência

9h Sabatina de Christian de Castro, indicado para diretor da Agência Nacional do Cinema. Às 10h30, audiência interativa para debater dificuldades no funcionamento dos institutos federais de educação.

CI Licença para hidrelétricas

9h Na pauta de 7 itens, o PLS 603/2015, que cria um regime diferenciado de licenciamento ambiental para hidrelétricas.

CPI MISTA DA JBS Depoimentos

9h Apreciação de requerimentos e oitivas do ex-superintendente do BNDES José Cláudio Aranha e da ex-presidente da Caixa Maria Fernanda Ramos Coelho.

CDH Acesso à Justiça

9h30 Ciclo de debates com o tema “Garantia institucional do acesso à Justiça e a imparcialidade do juiz”.

CAE Presidente do Banco Central

10h Audiência interativa com o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, para discutir diretrizes e perspectivas futuras da política monetária.

CMA Faixas não edificáveis

11h30 O PLS 66/2014, que flexibiliza o limite de faixas não edificáveis em rodovias e ferrovias, é um dos 12 itens.

CRA Emendas ao Orçamento

11h30 Análise das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018.

CCT Verba para fundo científico

14h30 Análise de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018. Na sequência, reunião deliberativa com 25 itens — entre eles, o PLC 201/2015, que destina recursos de loterias para fundo científico.

TERÇA

CMC O Brasil e o Acordo do Clima

14h30 Audiência interativa para debater o papel das Conferências das Partes na elaboração do Acordo do Clima e a importância do protagonismo brasileiro. Logo depois, análise das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018.

MP 785/2017 Novo Fies

14h30 A comissão mista da MP, que modifica o Fies, analisa relatório.

MP 795/2017 Tributação do petróleo

14h30 A comissão mista da MP, que altera a tributação do setor petrolífero, analisa relatório.

MP 796/2017 Recine

14h30 Análise de relatório à MP, que retoma o prazo original de utilização do Regime Especial de Tributação para o Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica.

MP 787/2017 Imóvel no Espírito Santo

15h30 A comissão da MP, que desapropria imóvel no Espírito Santo, analisa relatório.

CAS Estatuto da Segurança Privada

9h Entre 15 itens, o SCD 6/2016, que cria o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras.

CDR Estâncias

9h Na pauta de 6 itens, o PLC 147/2015, sobre a classificação de estâncias.

CTEC Segurança em eventos esportivos

9h O PLS 457/2016, sobre uso de segurança privada em eventos esportivos, é um dos 13 itens. Logo após, emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018.

CMC Agricultura de baixo carbono

9h30 Audiência interativa sobre boas práticas na agricultura de baixo carbono.

CMO Ministro do Planejamento

10h Audiência com o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2018 (PLN 20/2017).

CAE Emendas ao Orçamento

11h Análise das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018.

MP 789/2017 Mineração

14h A comissão mista da MP, sobre royalties da mineração, analisa requerimentos e promove audiência interativa

QUARTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Polícias penais: votação pode ser concluída

Também estão na pauta do Plenário projeto relacionado à Justiça Militar e proposta que impede pessoas com filiação partidária de se tornarem membros da Justiça Eleitoral

A PROPOSTA DE emenda à Constituição que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital pode ser votada esta semana no Senado. Com isso, os agentes penitenciários passam a ter os direitos inerentes à carreira policial. A PEC 14/2016 já foi aprovada em primeiro turno e está pronta para a votação em segundo turno pelo Plenário. Se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados.

De Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a PEC acrescenta essas polícias ao rol dos órgãos do sistema de segurança pública e determina como competência a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos. A intenção, diz o autor, além de igualar os direitos de agentes penitenciários e policiais, é liberar as polícias civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos.

O texto foi aprovado com alterações feitas pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Hélio José (PMDB-DF).

Entre as mudanças está a troca da expressão “polícia penitenciária” para “polícia penal”. Na avaliação do senador, a expressão anterior limitaria seu âmbito às penitenciárias e seria incompatível com a fiscalização do cumprimento da pena nos casos de liberdade condicional ou penas alternativas.

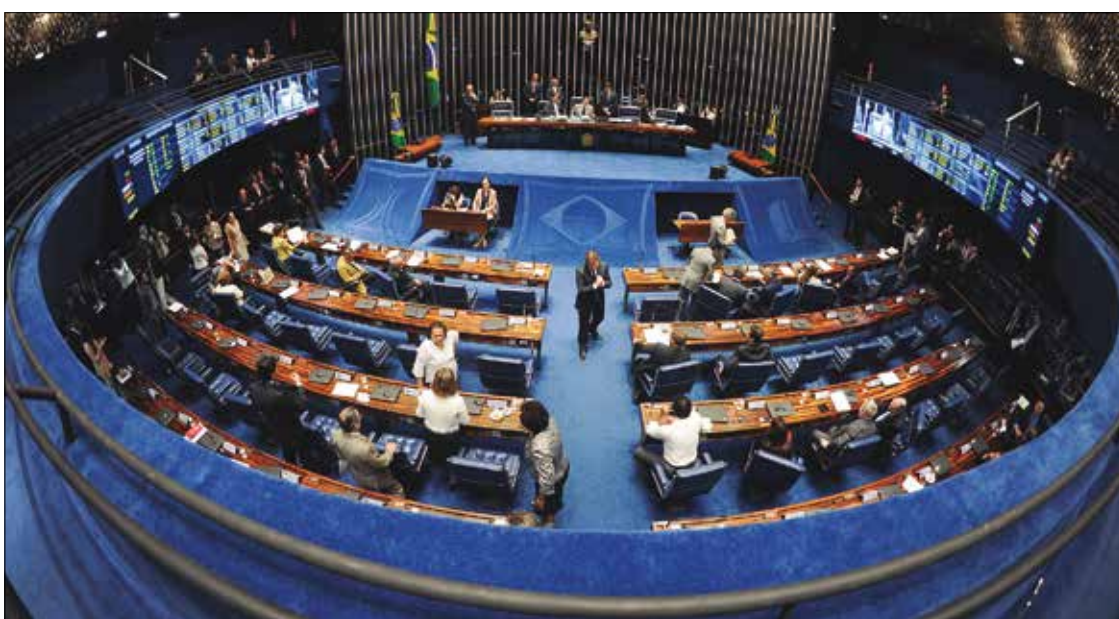
Militares

Também está na pauta o projeto que transfere à Justiça Militar o julgamento de crimes cometidos por militares em missões de garantia da lei e da ordem (PLC 44/2016), como a que ocorreu recentemente na cidade do Rio de Janeiro.

Outro texto pronto para a votação em primeiro turno é a PEC 24/2012, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

O objetivo é financiar ações de aparelhamento, capacitação e integração das forças policiais dos estados.

Pode ser votado ainda o PLC 7/2016, que altera a Lei Maria da Penha para permitir



Plenário do Senado: pauta inclui segundo turno da PEC que cria polícias penais federal, estaduais e municipais

que delegados de polícia concedam medidas protetivas a mulheres vítimas de violência. Hoje a concessão é prerrogativa dos juízes.

Justiça eleitoral

Outro texto que está na pauta do Plenário é a proposta que impede pessoas com filiação partidária recente de se tornarem membros da Justiça Eleitoral.

De acordo com o texto (PEC 4/2017), não podem ser integrantes do Tribunal Superior Eleitoral, dos tribunais regionais eleitorais e das juntas eleitorais advogados e cidadãos indicados que tiverem sido filiados a partidos políticos nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função. A intenção é garantir a imparcialidade nos julgamen-

tos. O texto está pronto para ser votado em primeiro turno.

Os senadores também podem votar o pedido de urgência para o projeto que altera a representação por estado na Câmara dos Deputados a partir da próxima legislatura (2019-2023). A proposta (PLS 315/2016) leva em consideração a atualização da população brasileira pelo IBGE, feita em 2015.



Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Dário Berger (2º à dir.) se reúne com parlamentares para tratar da lei orçamentária de 2018

Envio da meta fiscal atrasa e pode prejudicar aprovação do Orçamento

Com a aprovação do aumento do déficit fiscal de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões negativos, deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento (CMO) aguardam o envio, pelo governo, das alterações no Orçamento da União. Entretanto, a mensagem presidencial até o momento não foi enviada e todo o calendário de tramitação do projeto da lei do Orçamento de 2018 começa a ficar comprometido.

O presidente da comissão, Dário Berger (PMDB-SC), manifestou insatisfação com esses atrasos.

— A expectativa era de que o governo tivesse enviado a peça oficial na sexta-feira. Os trabalhos da comissão estão prejudicados, uma vez que o governo não enviou ainda a nova peça orçamentária, obedecendo à alteração da meta fiscal que também foi aprovada pela Comissão de Orçamento. Portanto, nós continuamos aguardando e os trabalhos ficam prejudicados — lamentou o senador.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) demonstrou preocupação.

— Todos estamos preocupados com a omissão e a indiferença do governo em relação à proposta orçamentária. Estamos próximos da apresentação das emendas de bancada e também das individuais e até agora o governo não se manifestou sobre o comple-

Ministro do Planejamento fala a senadores e deputados em audiência pública amanhã

A audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO) com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dyogo Oliveira, que estava prevista para a semana passada, foi transferida para amanhã, às 14h.

O adiamento foi decidido pelo presidente da comissão, senador Dário Berger (PMDB-SC), em conjunto com o ministro. O governo ainda não enviou ao Congresso Nacional a nova proposta orçamentária de 2018, que vai substituir a que está em tramitação na CMO desde agosto.

A nova proposta, que chegará por meio de uma mensagem modificativa, incorporará a meta de déficit

mento da proposta orçamentária que eles mandaram no mês de agosto. Estamos aguardando, então, que eles mandem. Porque, se não mandarem, nós vamos transformar o Orçamento naquilo que todo mundo diz, uma peça de ficção — disse o senador.

primário para o governo federal de R\$ 159 bilhões para o próximo ano. Essa meta foi aprovada pelo Congresso Nacional há um mês. O ministro havia prometido enviar a mensagem modificativa até a última sexta-feira.

Oliveira esteve na Câmara dos Deputados quarta-feira passada participando de uma audiência pública realizada por quatro comissões da Casa. Ele discutiu com deputados as principais ações do Ministério do Planejamento para o biênio 2017-2018, além da alteração orçamentária ocorrida no Programa Mais Médicos neste ano.

Da Agência Câmara

Pronatec será tema de debate hoje na Comissão de Educação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) faz hoje, às 14h30, audiência pública para debater o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A realização da audiência atende requerimento dos senadores Roberto Muniz (PP-BA) e Antonio Anastasia (PSDB-MG). Por sugestão da senadora Ana Amélia (PP-RS), a comissão vai produzir um relatório de avaliação do Pronatec.

Para a audiência, estão convidados a secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eline Neves Braga Nascimento, o diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Rafael Lucchesi, e o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Francisco Roberto Brandão Ferreira. Completam a lista o secretário da Educação, Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União (TCU), Ismar Barbosa Cruz, e o chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Lucas Ferreira Mation.

O Pronatec tem como objetivo democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. O programa é a política pública que a comissão decidiu avaliar neste ano.



Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Nota diz que Temer decide vetar censura eleitoral

Trecho que presidente prometeu eliminar da reforma política aprovada pelo Congresso obriga redes sociais, sem necessidade de ordem judicial, a apagar post acusado de ser falso

O PALÁCIO DO Planalto informou, por meio de nota, que o presidente Michel Temer sancionaria na última sexta-feira o projeto da reforma política aprovado pelo Congresso e vetaria o trecho que exige que os provedores de aplicativos e redes sociais suspendam, sem necessidade de decisão judicial, uma publicação quando ela for denunciada por ser falsa ou incitar ódio na eleição. Os críticos dizem que esse dispositivo seria uma forma de censura. Até a conclusão desta edição, às 21h da sexta-feira, Temer ainda não havia sancionado a lei.

O presidente teria atendido a um pedido do deputado Aureo (SD-RJ). O projeto em questão (PLC 110/2017) foi aprovado pelo Senado na quinta-feira. O relator do texto no Senado, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), já havia adiantando haver possibilidade de veto ao dispositivo que obriga a retirada de conteúdo publicado em rede social sem necessidade de ordem da Justiça. A medida repercutiu na imprensa e recebeu críticas na internet.

O texto aprovado no Senado determinada que, se houver denúncia, é obrigatória, em até 24 horas, a retirada do ar de postagens com discurso de ódio, disseminação de informações falsas ou ofensa contra partido ou coligação.

Bezerra lembrou que a intenção dos parlamentares era coibir a disseminação de notícias falsas.

— Se for caracterizada a censura prévia, acredito que há chances de veto desse dispositivo. É importante ressaltar que o que foi aprovado tem o objetivo de coibir *fake news*, o que pode ser evitado por ação dos provedores — afirmou.

Além de alterar regras eleitorais, o PLC 110/2017 regulamenta a distribuição de recursos do Fundo Especial de Financiamento da Campanha.

O texto foi aprovado no Senado na semana passada, menos de 12 horas após ter passado pela Câmara. O Senado tinha pressa. Para que as mudanças pudessem valer já para as eleições de 2018, elas tinham que ser sancionadas por Temer na sexta-feira.

O que prevê o projeto enviado para a sanção	
Doações	Doação de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais seguem proibidas. As doações de pessoas físicas passam a ser limitadas a 10 salários mínimos. Foi retirada do texto regra relativa ao autofinanciamento.
Restrição	Proíbe a doação daqueles que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, ou cargo ou emprego público temporário, com exceção dos filiados a partido político.
Fundo Eleitoral	Regulamenta o uso de R\$ 1,7 bilhão do Fundo Especial de Financiamento da Campanha (FEFC) da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none">- 2% divididos igualitariamente entre todos os partidos registrados no TSE;- 35% divididos entre os partidos que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, na proporção dos votos por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara;- 48% divididos na proporção do número de representantes na Câmara dos Deputados, consideradas as legendas dos titulares; e- 15% divididos na proporção do número de representantes no Senado Federal, consideradas as legendas dos titulares.
Carros de som	Permite o uso de carros de som e de minitríbios elétricos com limite de 80 decibéis em carreatas, caminhadas e passeatas de campanhas.
Registro	O partido poderá participar das eleições se registrar estatuto no Tribunal Superior Eleitoral em até seis meses antes do pleito. Atualmente, o prazo é de um ano.
Financiamento coletivo	Permite aos candidatos o uso de financiamento coletivo (<i>crowdfunding</i>) para arrecadar recursos de campanha.
Propaganda	A propaganda eleitoral na internet continua a valer por meio de blogs, redes sociais e sítios de mensagens instantâneas. Segue proibida a propaganda paga, que é o chamado <i>impulsioneamento</i> de conteúdo, praticado por meio das redes sociais com empresas especializadas.
Teto das campanhas	Os gastos totais de campanha não poderão ultrapassar os limites fixados por cargo nas eleições de 2018, com os seguintes limites: <ul style="list-style-type: none">- Para presidente da República: R\$ 70 milhões;- Para deputado federal: R\$ 2,5 milhões;- Para deputado estadual e distrital: R\$ 1 milhão.- Para governador: seis faixas de tetos de gastos, segundo o número de eleitores de cada unidade da Federação, variando de R\$ 2,8 milhões a R\$ 21 milhões.- Para senador: de R\$ 2,5 milhões a R\$ 5,6 milhões, enquadrados em cinco faixas segundo o número de eleitores em cada unidade da Federação

Lei do Colarinho Branco poderá incluir fraude em fundo de pensão

Irregularidades cometidas por entidades de previdência complementar poderão ser punidas pela Lei do Colarinho Branco (Lei 7.492/1986).

O conjunto de medidas que insere a previdência complementar no raio de ação da lei está reunido em um projeto de lei do ex-senador José Aníbal (PLS 312/2016). A iniciativa está pronta para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta tipifica o crime de facilitação da prática de gestão fraudulenta ou temerária e propõe definições para esses dois tipos de delito. O texto também permite que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) notifique o Ministério Público se verificar a ocorrência de crime no setor.

Na justificativa do projeto, Aníbal argumenta que os principais fundos de pensão — Correios (Postalis), Petrobras (Petros), Caixa (Funcef) e Banco do Brasil (Previ) — acu-

mularam perdas de R\$ 113,5 bilhões nos últimos cinco anos, conforme relatório final da CPI dos Fundos de Pensão.

“Os trabalhos da comissão mostram que houve má gestão, investimentos em projetos de alto risco, ingerência política e desvios de recursos das entidades. É preciso rigor na punição dos responsáveis por tais crimes”, defende o ex-senador.

A proposta teve parecer favorável do relator, sena-

dor Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Para o relator, as mudanças ajudariam a pôr fim a questionamentos jurídicos em torno da aplicação dessa norma a gestores envolvidos em fraudes na previdência complementar.

Garibaldi ressalta que os tribunais superiores vêm sinalizando que os fundos de pensão integram, por equiparação, o sistema financeiro nacional. Consequentemente,

os atos de gestão temerária de entidades previdenciárias podem configurar crimes contra a ordem financeira, avalia. Entretanto, há divergências na doutrina e a previsão legal expressa na lei poderá trazer segurança jurídica, com revisão da jurisprudência, argumenta o senador.

Emendas

Apesar de reconhecer os avanços do projeto, Garibaldi fez ajustes. Uma emenda reformula a conceituação de instituição financeira para estabelecer que as entidades de previdência complementar se equiparam a qualquer empresa que capte ou administre recursos de terceiros.

Outra emenda altera a conceituação do crime de facilitar a prática de gestão fraudulenta ou temerária. Garibaldi sugere o enquadramento criminal dos gestores de previdência complementar que incentivarem desvios pela emissão de opinião, estudo, parecer,

relatório ou demonstração contábil em desacordo com as boas práticas ou a regulamentação vigente. A pena será de dois a seis anos de reclusão mais multa.

O relator modifica a definição do termo “gestão fraudulenta”. Pela versão dele, trata-se do uso de expediente, artifício ou ardil para descumprir normas ou simular ou dissimular resultado ou situação, com o fim de induzir ou manter pessoa física ou jurídica em erro.

Garibaldi ressalta que as perdas dos fundos se deram em razão de atos de gestão fraudulenta e temerária. Ele frisa que os danos “alcançam não só os beneficiários diretos desses fundos — os trabalhadores das respectivas entidades — mas todos os brasileiros, que, indiretamente, pagarão a conta”.

Se for aprovado e não houver recurso para votação pelo Plenário, o projeto será enviado para a Câmara.



Gestões fraudulentas levaram fundos a perdas bilionárias, diz Garibaldi

Escola de governo do Senado forma 42 alunos de pós em Orçamento

A senadora Ana Amélia (PP-RS) foi a paraninfa dos 42 formandos da pós-graduação lato sensu em Orçamento Público organizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pelo Interlegis. A formatura foi realizada na quinta-feira, no

Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União.

Ana Amélia ressaltou que a crise fiscal “decorre de falta de controle, de planejamento, de transparência, de Orçamento” e que os pós-graduados deverão contribuir com seu comprome-

timento, responsabilidade e honestidade de propósito para obter as soluções necessárias.

O patrono da turma foi o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida. Ele chamou a atenção para a

dificuldade de se tratar o tema do Orçamento quando, na realidade, deveria ser uma questão básica, pois dele decorrem as escolhas de investimentos.

O diretor-geral do ILB, Helder Rebouças, ressaltou a aridez do tema e defendeu a necessidade

de uma reforma orçamentária.

Dos alunos que se formaram, 16 são do Senado. O restante é de outros órgãos públicos.

O ILB é a primeira escola de governo a obter certificação do Ministério da Educação para oferecer cursos de pós.